



Considerando que:

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), o termo saúde, primordialmente, refere-se a “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções e enfermidades.” A saúde não consiste, somente, no equilíbrio fisiológico do corpo humano material, mas de uma série de fatores emocionais, sociais, mentais e até mesmo espirituais que compõem a saúde integral do indivíduo. O grande desafio está em alcançar um objetivo que é comum a todos: uma vida saudável – que exige uma série de correções do processo histórico, considerando a importância da promoção da equidade, em todo o ciclo de vida;

Considerando que, o conceito de determinantes sociais de saúde indica uma série de fatores acerca da condição de vida das pessoas que resultam, quando incorporados no planejamento das políticas públicas, em uma perspectiva de melhoria da gestão dos processos de saúde individual e/ou coletiva;

Compreendendo que, diante dos atuais retrocessos políticos demonstrados pela ascensão do conservadorismo e aumento das políticas neoliberais e racistas, faz-se necessário e de extrema importância, a articulação e atuação coletiva de núcleos e pessoas preocupadas com a promoção da equidade em saúde, a integralidade do cuidado, a qualidade da atenção e universalidade do acesso a bens, recursos e serviços públicos de saúde, como preconizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS), nosso plano de saúde, a partir do marco legal, destacadamente a Constituição Federal e as leis 8.080 e 8.192 de 1.990, fruto do árduo trabalho realizado pela reforma sanitária nesse país;

Sabedores de que, as evidências nos mostram as maneiras em que o racismo suprime a existência, a cultura, a vida, a saúde etc.; e que desta forma, as diversas facetas do racismo, que se manifestam e salvaguardam de maneiras complexas, política e culturalmente, têm também grande relação com a supressão de políticas de saúde para as populações que apresentam os maiores índices de vulnerabilidade da cidade de São Paulo;

Preocupados com o crescimento dos casos de aids na juventude de 15 a 24 anos, em especial entre jovens de sexo masculino: na faixa etária de 15 a 19 anos a taxa de detecção de aids subiu de 2,4 em 2006 para 6,9 casos por 100 mil habitantes em 2015, no mesmo período, para a faixa de 20 a 24 anos, a taxa foi de 15,9 para 33,1 casos por 100 mil habitantes;

Preocupados com a alta mortalidade das mulheres negras por aids, na cidade de São Paulo e a epidemia crescente de HIV entre os jovens gays; reconhecendo os desafios relacionados à melhoria da qualidade das ações de educação em saúde nas escolas, ainda se faz necessário investir nos processos educacionais para o desenvolvimento de uma sexualidade livre e consciente, à ampliação e desburocratização do acesso aos serviços e aos insumos para a prevenção de IST (infecções sexualmente transmissíveis), em especial a disponibilização de camisinhas feminina e masculina e, a promoção de ações para redução do estigma e discriminação no ambiente escolar que afetam as populações mais vulneráveis - pessoas que vivem com HIV/aids, adolescentes/jovens gays, bissexuais, mulheres e homens transexuais, travestis, profissionais do sexo, usuárias e usuários de drogas, pessoas privadas de liberdade, pessoas em situação de rua;

Compreendendo que para enfrentar essas realidades é necessário articular-se para promover as correções do processo histórico, em que a discriminação, o preconceito, a xenofobia e, o racismo, impactam a saúde da população negra em diferentes níveis e escalas de atenção, muito embora o SUS tenha uma rede de atenção, com diferentes níveis, da coordenação do cuidado a partir da atenção primária, até a atenção terciária, com saúde suplementar, por meio de Organizações Sociais e seus convênios;

Reiterando que é primordial a defesa dos direitos humanos, conectados à necessidade de resposta às demandas sociais, cujos recortes de gênero, identidade de gênero, orientação sexual, classe social, geração, etc., relacionam-se às necessidades em saúde, de cada indivíduo componente da sociedade brasileira, cuja maior parcela é formada pela população negra com as suas especificidades;

Reafirmando a necessidade de reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, complementada por parcerias multissetoriais, que mobilizem e compartilhem conhecimento, expertise,



tecnologia e recursos financeiros, bem como incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil eficazes, envolvendo estratégias de mobilização de recursos;

E considerando que para o enfrentamento ao racismo estrutural que acomete homens, mulheres, crianças, jovens adolescentes e idosos negros, em todo o ciclo de vida, em diferentes instâncias e instituições, razão pela qual é preciso uma conduta antirracista e “anti” qualquer outra forma de opressão;

Nós, líderes e seguidores de diferentes religiões de matriz africana, ativistas representantes de diferentes coletivos e organizações da sociedade civil, pessoas físicas, pesquisadores independentes, de núcleos de estudos de diferentes áreas do conhecimento em diferentes Universidades públicas e privadas, com dedicação à diversos temas relacionados à discriminação, o preconceito, o racismo, a xenofobia e as intolerâncias correlatas e seu impacto na saúde, com atuação nas diferentes regiões da cidade de São Paulo;

Na condição de membros fundadores da Aliança Pró-saúde da População Negra, declaramos nossa adesão à “A Aliança Pró-saúde da População Negra” “que tem por objetivos:

Atuar de forma comunitária, com mobilização, participação popular, articulação, monitoramento e controle social das políticas públicas, criando ferramentas, estratégias e espaços de amplo debate com os vários setores da sociedade, visando a promoção da equidade em saúde, a integralidade do cuidado e a universalidade do acesso, em meio a atuação do SUS, em plena articulação com o Estado brasileiro;

Construir horizontalmente e de forma colaborativa, uma rede baseada nos saberes de diversos membros da sociedade civil, religiosas com as de religiões afro-brasileiras, movimentos sociais, pesquisadores, entre outros;

Disseminar informação e conhecimento técnico, acadêmico e político, produzido em diversas instâncias como ferramenta imprescindível para a garantia de direito à saúde integral da população negra;

Valorizar a cultura africana e/ou afro-brasileira promovendo trocas e reconhecimento dos diversos saberes, relacionados à saúde integral da população negra, na perspectiva da promoção da saúde;

Produzir e fazer gestão democrática de conhecimento, incluindo a sistematização e compartilhamento de boas práticas, sistematizando os conhecimentos e propostas geradas das experiências locais, desenvolvidas coletivamente nos diferentes territórios da cidade de São Paulo, partir dos vários coletivos e pessoas que comungam destes valores;

Promover o direito humano a saúde, para o exercício livre e responsável da sexualidade e às decisões reprodutivas voluntárias e informadas, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, etnia, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, local de residência, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição;

Contribuir para com a erradicação das desigualdades no acesso e atendimento da população negra em sua ampla diversidade, por um serviço público de saúde, digno, universal, equânime e de qualidade;

Contribuir para com o avanço das políticas públicas para promoção da igualdade étnico-racial, com especial atenção às mulheres, meninas, jovens e adolescentes em situação de maior vulnerabilidade;

Contribuir com a formação dos diversos indivíduos, com vistas à promoção dos direitos humanos, destacadamente o direito à saúde;

Desenvolver materiais educativos e informativos para diferentes públicos sobre direitos humanos, saúde, adotando uma perspectiva pró-equidade de gênero, raça/etnia e faixa etária e considerando singularidades de grupos específicos;

Mobilizar recursos e estabelecer parcerias, inclusive com atores da sociedade civil, academia e setor público, para formulação, implementação, monitoramento e avaliação de programas, projetos e políticas;

A Aliança Pró-saúde da população negra, ora constituída, a partir de seus inúmeros antecedentes, experiências de seus componentes, lições aprendidas e demais referências, compromete-se por meio desta *Carta de Princípios*, com a promoção e defesa dos Direitos Humanos com vistas ao enfrentamento ao racismo, preconceito, discriminação racial, xenofobia e as intolerâncias correlatas, pilares então sustentados pela Conferência de Durban (setembro de 2001 – África do Sul), com sua declaração e



Carta de Princípios

programa de ações, além da Política Nacional de Atenção à Saúde Integral da População Negra (Portaria Ministerial No. 992 de 13 de Maio de 2009) e, o Estatuto da Igualdade Racial (Brasil, 2010);

Tais pilares orientam-se pelos principais desafios da sociedade civil organizada na relação com o Estado Laico e o Estado Democrático de Direito, na perspectiva do enfrentamento ao racismo estrutural e seu impacto na saúde da população negra, conforme a realidade de cada um dos territórios aqui inseridos.

A partir desses pilares a aliança aqui estabelecida configura-se enquanto um organismo vivo, que busca estabelecer, recriar e proporcionar caminhos para melhorias na saúde da população negra por meio das ferramentas e tecnologias geradas a partir da população negra, com seus valores civilizatórios, visões de mundo, capacidade crítica e conhecimento ancestral, baseados na arte de cuidar, articulando grupos e indivíduos que queiram contribuir com a formação de uma rede sólida e colaborativa, em resposta ao racismo e às desigualdades sociais que estão colocadas historicamente para a população afrodescendente. Tal aliança com sua Coordenação Executiva, pessoas, organizações-membro e seus parceiros estratégicos, articulados para o enfrentamento ao racismo, em sua busca permanente pela garantia do direito à saúde, visa então, a promoção de ações que promovam esse fim, integrando e interagindo, com os diferentes atores da sociedade, metodologicamente, em volta do *Baobá*, a árvore sagrada que melhor representa a junção dos esforços da ancestralidade negra africana e afro-brasileira: um símbolo, portanto, de unidade e comprometimento, entre ancestrais e descendentes.

Assim, para a manutenção de sua vocação enquanto construção coletiva, os membros associados à Aliança Pró-saúde da População Negra aqui sedimentada, deverão agregar e promover o diálogo que são aqui, valores fundamentais dessa articulação, que deve estar sempre atenta às diversas políticas públicas que devem alcançar e beneficiar a população.

Conclamamos todos os demais parceiros a se juntarem a nós, tendo como requisito a adesão aos compromissos descritos no presente documento e a observância das políticas para promoção da igualdade étnico-racial no Brasil.

Assim, assinam a presente Carta de Princípios, sob forma de ato de fundação da “Aliança Pró-Saúde da População Negra”:

- Quilombo Terça-Afro
- Coletivo Amem
- Coletivo Anarcopunk Aurora Negra
- Coletivo Negrex
- LASPN – Liga Acadêmica de Saúde da População Negra/Faculdade de Medicina Santa Marcelina
- Ogban
- Projeto Megê
- Ile Àse Igbin de Ouro
- Renafro – Rede Nacional de Religiões Afro-brasileiras e Saúde/Núcleo São Paulo
- Coletivo D’Oya

Contatos:

e-mail: observatoriopopnegra@gmail.com

Fanpage www.facebook.com/saude.pn